



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



Art. 247 – O provimento dos cargos de Defensor Público do Estado e dos cargos do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná dependerá da disponibilidade orçamentária.

Art. 248 – O primeiro concurso público para o cargo de Defensor Público do Estado terá em seu edital a previsão de até 207 (duzentos e sete) cargos de Defensor do Público do Estado.

§ 1º. As lotações do primeiro concurso público para o provimento dos cargos de Defensor Público do Estado, em obediência ao disposto no artigo 76 desta Lei Complementar, deverão ser procedidas conforme o Anexo V.

§ 2º. Os demais cargos não providos deverão obedecer ao planejamento estabelecido no Anexo VIII.

§ 3º. Os cargos de Defensor Público do Estado do Paraná, providos em decorrência da opção prevista no art. 240 desta Lei serão subtraídos do número de cargos a serem providos no primeiro concurso, previsto no *caput* deste artigo.

Art. 249 – No primeiro concurso público para o provimento dos cargos de Grupo Ocupacional Superior do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná, salvo para os cargos de Assessor Jurídico da Defensoria e Superior com graduação em Psicologia, serão providos os cargos previstos no Edital de Abertura do Certame, em numero máximo do constante no artigo 247, inciso II, desta Lei Complementar, conforme Anexo IX.



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



§1º No primeiro concurso público para o provimento dos cargos de Grupo Ocupacional Superior do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná serão providos até 211 (duzentos e onze) cargos de Assessor Jurídico da Defensoria, sendo 01 (um) para cada Defensor Público do Estado e 04 (quatro) para a assessoria jurídica dos órgãos administrativos e a lotação será vinculada à lotação dos Defensores Públicos, exceto àqueles que atuarão na assessoria jurídica dos órgãos administrativos.

§2º O provimento dos cargos de Assessor Jurídico da Defensoria deverá ocorrer no exercício financeiro posterior ao da aprovação desta Lei Complementar;

§3º No primeiro concurso público para o provimento dos cargos de Grupo Ocupacional Superior do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná serão providos até 11 (onze) cargos Superior com graduação em Psicologia, conforme Anexo IX desta Lei Complementar e, da mesma forma, até 51 (cinquenta e um) cargos Superior com graduação em Psicologia no exercício financeiro subsequente ao primeiro provimento, conforme Anexo X desta Lei Complementar.

Art. 250 – No primeiro concurso público para o provimento dos cargos de Grupo Ocupacional Intermediário do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná, serão providos os cargos previstos no Edital de Abertura do Certame, em numero máximo do constante no artigo 247, inciso II, desta Lei Complementar, conforme lotação prevista no Anexo IX.

Parágrafo único: No primeiro concurso público para o provimento dos cargos de Grupo Ocupacional Intermediário do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná serão providos até 95 (noventa e cinco) cargos de Técnicos



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



Administrativos e até 59 (cinquenta e nove) no exercício financeiro subsequente ao primeiro provimento, conforme Anexo X desta Lei Complementar.

Art. 251 – O Defensor Público-Geral do Estado ganhará 35% (trinta e cinco por cento) sobre o subsídio do Defensor Público do Estado de Terceira Categoria, o Subdefensor Público-Geral e o Corregedor Geral da Defensoria Pública do Estado ganharão uma gratificação de 30% (trinta por cento), sobre o subsídio do Defensor Público do Estado de Terceira Categoria e o Diretor da Escola da Defensoria Pública do Estado, o Coordenador de Núcleos Especializados e o Coordenador do Centro de Atendimento Multidisciplinar receberão 25% (vinte e cinco por cento) sobre o subsídio do Defensor Público do Estado de Terceira Categoria.

§1º O Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná, se não for servidor público, ganhará o valor referente ao subsídio do Defensor Público do Estado de Terceira Categoria, e caso seja servidor público deverá ganhar 30% (trinta por cento) sobre o subsídio do Defensor Público do Estado de Terceira Categoria, podendo optar pelo subsídio de Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Estado, com prejuízo de seus vencimentos do cargo efetivo.

§2º O Coordenador-Geral da Administração, o Coordenador de Comunicação, o Coordenador de Tecnologia e da Informação e o Coordenador de Planejamento ganharão uma gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre a remuneração do cargo efetivo.

Art. 252 – Ao Defensor Público-Geral do Estado, ouvido o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado é assegurado a competência para propor ao Poder Legislativo a criação de cargos da Carreira de Defensor Público e do Quadro



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



Próprio da Defensoria Pública do Estado do Paraná sempre que o Poder Judiciário ampliar o quadro de Magistrados.

Art. 253 – Serão criados os órgãos da Defensoria Pública do Estado do Paraná e os correspondentes cargos na Terceira Categoria da Carreira à medida que vagarem.

Art. 254 – Os Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Paraná existentes na Capital terão o seu funcionamento regulamentado através de Resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.

Art. 255 – Os Convênios e Termos de Cooperação referentes às atividades da Defensoria Pública do Estado do Paraná no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná, permanecem em vigor e serão transferidos automaticamente para a titularidade da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 256 – O Primeiro Defensor Público-Geral deverá deflagrar concurso público para provimento dos cargos de Defensor Público do Estado e do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da vigência desta Lei Complementar.

Parágrafo único: O prazo previsto no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado, uma única vez, pelo prazo de 90 (noventa) dias, mediante justificativa.

Art. 257 – As competências do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado serão exercidas, interinamente, pelo Conselho Superior Interino da Defensoria Pública do Estado do Paraná.



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



§1º O Conselho Superior Interino da Defensoria do Estado do Paraná terá duração máxima de 02 (dois) anos, contados a partir da data de vigência desta Lei Complementar, findo este prazo proceder-se-á a forma de composição prevista no artigo 25 desta Lei Complementar.

§2º Tão logo o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado tenha sua formação completa concretizada conforme as disposições desta Lei Complementar, este deverá analisar, podendo convalidar ou revogar, os atos e decisões do Conselho Superior Interino.

Art. 258 – O Conselho Superior Interino da Defensoria Pública do Estado será composto por no mínimo 03 (três) membros e no máximo 07 (sete) membros, sendo a Presidência exercida pelo Defensor Público-Geral e os demais membros escolhidos dentre os advogados da Carreira Especial de Advogados do Poder Executivo do Estado do Paraná que tiverem a opção pela Carreira de Defensor Público homologada pelo Governador do Estado do Paraná.

Art. 259 – O primeiro concurso será coordenado e dirigido por um comitê composto pelo Defensor Público-Geral do Estado, pelo Secretário de Estado da Administração e Previdência, pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Paraná, pelo Presidente do Conselho Nacional de Defensores Gerais (CONDEGE) e pelo Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP), ou seus indicados.

Parágrafo único: A Banca Examinadora do primeiro concurso para Defensor Público do Estado do Paraná deverá ser composta, majoritariamente, por Defensores Públicos de outros Estados.



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



Art. 260 – O primeiro concurso deverá ser realizado por Instituição reconhecida nacionalmente, com notória experiência na realização de concursos públicos jurídicos.

Art. 261 - Ficam criados 150 (cento e cinquenta) cargos de provimento em comissão de Assessor de Estabelecimento Penal, símbolo DAS-5, sujeitos a prévio teste seletivo de conhecimento jurídico na área de Execução Penal a ser realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da entrada em vigor desta Lei Complementar.

Art. 262 - O Assessor de Estabelecimento Penal deverá ser Bacharel em Direito, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e será responsável por assessorar e auxiliar aqueles que atuam como Defensores Públicos do Estado a realizar todas as suas atribuições previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Constituição do Estado do Paraná; Lei de Execução Penal; Lei Complementar Estadual nº 55/1991 e demais disposições legais pertinentes, para que seja prestada a necessária assistência jurídica aos presos e internados dos estabelecimentos penais do Estado do Paraná.

Parágrafo único: A assunção ao cargo de Assessor de Estabelecimento Penal será condicionada à seleção e ao preenchimento dos requisitos estabelecidos por ato do Defensor Público-Geral do Estado.

Art. 263 - O Assessor de Estabelecimento Penal será nomeado pelo Defensor Público-Geral do Estado, que será subordinado e terá suas atividades orientadas e supervisionadas pelo Defensor Público-Geral do Estado, ou quem ele designar, desde que o servidor supervisor indicado seja Advogado e atue como Defensor Público ou Advogado da Carreira Especial de Advogado do Estado do Paraná.



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



Art. 264 - Os Assessores de Estabelecimento Penal, exceto aqueles que atuarão junto às Cadeias Públicas e Patronatos, serão lotados exclusivamente nos Estabelecimentos Penais da seguinte forma:

- I – 03 (três) assessores na Casa de Custódia de Curitiba (CCC);
- II – 04 (quatro) assessores na Casa de Custódia de São José dos Pinhais (CCJP);
- III – 02 (dois) assessores na Casa de Custódia de Londrina (CCL);
- IV – 05 (cinco) assessores na Casa de Custódia de Maringá (CCM);
- V – 04 (quatro) assessores no Complexo Médico Penal (COM);
- VI – 01 (um) assessor no Centro de Observação Criminológica e Triagem (COT);
- VII – 07 (sete) assessores na Colônia Penal Agrícola (CPA);
- VIII – 01 (um) assessor no Centro de Regime Semi-aberto de Curitiba (CRAF);
- IX – 02 (dois) assessores no Centro de Regime Semi-aberto de Guarapuava (CRAGPVA);
- X – 01 (um) assessor no Centro de Regime Semi-aberto de Ponta Grossa (CRAPG);
- XI – 08 (oito) assessores na Penitenciária Central do Estado do Paraná (PCE);
- XII – 05 (cinco) assessores na Penitenciária Estadual de Cascavel (PEC);
- XIII – 03 (três) assessores na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu (PEF);

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2731



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



XIV – 05 (cinco) assessores na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu II (PEF-II);

XV – 03 (três) assessores na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL);

XVI – 05 (cinco) assessores na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL-II);

XVII – 02 (dois) assessores na Penitenciária Estadual de Maringá (PEM);

XVIII – 04 (quatro) assessores na Penitenciária Estadual de Piraquara (PEP);

XIX – 05 (cinco) assessores na Penitenciária Estadual de Piraquara II (PEP-II);

XX – 02 (dois) assessores na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa (PEPG);

XXI – 05 (cinco) assessores na Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão (PFB);

XXII – 02 (dois) assessores na Penitenciária Feminina do Paraná (PFP);

XXIII – 02 (dois) assessores na Penitenciária Industrial de Cascavel (PIC);

XXIV – 03 (três) assessores na Penitenciária Industrial de Guarapuava (PIG).

§1º Os Assessores de Estabelecimento Penal que atuarão no assessoramento e auxílio aos Defensores que atuem nos Patronatos serão lotados conforme designação do Defensor Público-Geral do Estado.

§2º Os Assessores de Estabelecimento Penal que atuarão no assessoramento e auxílio aos Defensores Públicos dos presos em Cadeias Públicas serão lotados conforme designação por ato do Defensor Público-Geral do Estado.

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2731



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



Art. 265 - O cargo em comissão de Assessor de Estabelecimento Penal, símbolo DAS-5, terá sua remuneração composta pelo vencimento base; gratificação de representação; encargos especiais; gratificação pelo exercício em determinadas zonas e locais; gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida; gratificação de insalubridade; conforme o Anexo XI desta Lei Complementar.

Art. 266 - Os cargos em comissão de Assessor de Estabelecimento Penal, símbolo DAS-5 serão, obrigatoriamente, extintos assim que forem providos os cargos do primeiro concurso público para a Carreira de Defensor Público do Estado.

Art. 267 - O dia da sanção desta Lei Complementar será considerado "Dia da Defensoria Pública do Estado do Paraná".

Art. 268 - As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 269 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



CARREIRA	CATEGORIA	QUANTIDADE POR CLASSE	CARGO
DEFENSORIA PÚBLICA	A	83	DEFENSOR PÚBLICO
	B	166	
	C	333	
TOTAL DO CARGO		582	

CARREIRA	CLASSES	QUANTIDADE POR CLASSE	CARGO SINGULAR
PROFISSIONAL DA DEFENSORIA	A	81	AGENTE PROFISSIONAL DA DEFENSORIA
	B	188	
	C	269	
TOTAL DO CARGO		538	

CARREIRA	CLASSES	QUANTIDADE POR CLASSE	CARGO SINGULAR
ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA DEFENSORIA	A	15	ASSISTENTE TÉCNICO DA DEFENSORIA
	B	55	
	C	88	
TOTAL DO CARGO		158	



FUNÇÃO	EXIGÊNCIA MÍNIMA DE INGRESSO
DEFENSOR	GRADUAÇÃO EM DIREITO E INSCRIÇÃO NA OAB

FUNÇÃO SINGULAR	EXIGÊNCIA MÍNIMA DE INGRESSO
ADMINISTRADOR	GRADUAÇÃO E INSCRIÇÃO EM ÓRGÃO DE CLASSE, EXCETO AOS BACHARELADOS EM DIREITO
BACHAREL EM DIREITO	
ENGENHEIRO CIVIL	
CONTADOR	
ASSISTENTE SOCIAL	
PSICÓLOGO	
MÉDICO PSIQUIATRA	
SOCIÓLOGO	
BIBLIOTECONOMISTA	
COMUNICADOR SOCIAL	
ESTATÍSTICO	
ECONOMISTA	
SECRETÁRIO EXECUTIVO	

FUNÇÃO SINGULAR	EXIGÊNCIA MÍNIMA DE INGRESSO
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	ENSINO MÉDIO OU PROFISSIONALIZANTE



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



ANEXO II

TABELA DE REMUNERAÇÃO ÚNICA DO CARGO EM COMISSÃO DE

ASSESSOR TÉCNICO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO

SIMBOLOGIA	REMUNERAÇÃO ÚNICA
DAS-2	4.852,43



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
GABINETE DA SECRETÁRIA

ANEXO III - PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE CARGOS PARA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE DE CARGOS A SEREM CRIADOS					GRATIFICAÇÃO
	2011	2012	2013	2014	Total	
Defensoria Pública Geral do Estado						
Defensor Público Geral	0				0	35%
Defensor Público Chefe de Gabinete	0				0	
Superior em Secretariado Executivo	1				1	
Assessor Jurídico	1				1	
Técnico Administrativo	2				2	
Subdefensoria Pública Geral do Estado						
Subdefensor Público Geral	0				0	30%
Superior em Secretariado Executivo	1				1	
Assessor Jurídico	1				1	
Superior em Administração	1				1	
Técnico Administrativo	2				2	
Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado						
Técnico Administrativo	2				2	
Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado						
Corregedor Geral da Defensoria Pública do Estado	0				0	30%
Subcorregedor Geral da Defensoria Pública do Estado	0				0	
Superior em Secretariado Executivo	1				1	
Técnico Administrativo	3				3	
Assessor Jurídico	0				0	
Defensoria Pública do Estado						
Defensor Público do Estado	207	0	0	126	333	25%
Assessor Jurídico	207	0	0	126	333	
Núcleo Especializado da Defensoria Pública (04 iniciais)						
Coordenador de Núcleo Especializado					0	25%
Superior em Secretariado Executivo	4				4	
Técnico Administrativo	4				4	
Escola da Defensoria Pública do Estado						
Diretor da Escola da Defensoria Pública do Estado					0	25%
Superior em Secretariado Executivo	1				1	
Superior em Administração	1				1	
Técnico Administrativo	2				2	
Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado						
Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Estado	1				1	25%
Superior em Secretariado Executivo	1				1	
Técnico Administrativo	1				1	
Assessor Jurídico	0				0	
Coordenadoria Geral da Administração da Defensoria Pública do Estado						
Coordenador Geral da Administração da Defensoria Pública do Estado					0	25%
Superior em Secretariado Executivo	1				1	
Superior em Administração	1				1	
Departamento de Recursos Humanos						
Superior em Administração	1				1	
Técnico Administrativo	2				2	
Técnico de Recursos Humanos	2				2	
Departamento Financeiro						
Superior em Contabilidade	2				2	
Técnico Administrativo	2				2	
Departamento de Infraestrutura e Materiais						
Superior em Administração	2				2	
Técnico Administrativo	5				5	

137
Fls. 10

Departamento de Apoio Técnico					
Superior em Contabilidade	4				4
Superior em Economia	1				1
Técnico Administrativo	2				2
Grupo de Qualidade dos serviços prestados pela Defensoria Pública do Estado do Paraná					
Superior em Administração	1				1
Técnico Administrativo	2				2
Grupo de Sistema Integrado de Informações					
Superior em Estatística	1				1
Superior em Administração	1				1
Técnico Administrativo	2				2
Departamento Jurídico-administrativo					
Assessor Jurídico	2				2
Técnico Administrativo	3				3
Coordenadoria de Planejamento da Defensoria Pública do Estado					
Coordenador de Planejamento	0				0 25%
Superior em Administração	1				1
Superior em Contabilidade	1				1
Superior em Economia	1				1
Técnico Administrativo	2				2
Coordenadoria de Imprensa da Defensoria Pública do Estado					
Coordenador de Imprensa	0				0 25%
Superior em Jornalismo	2				2
Técnico Administrativo	1				1
Estado					
Coordenador de Tecnologia da Informação	0				0 25%
Superior em Informática	2				2
Técnico em Informática	1				1
Técnico em Redes de Computador	1				1
Centro de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública do Estado					
Capital					
Coordenador do Centro de Atendimento Multidisciplinar					0 25%
Superior em Secretariado Executivo	1				1
Superior em Psicologia	3				3
Superior em Sociologia	1				1
Superior em Psiquiatria	1				1
Superior em Serviço Social	4				4
Superior em Medicina Clínica	1				1
Superior em Engenharia	1				1
Técnico Administrativo	3				3
Interior ((59 Seções Judiciárias))					0
Superior em Psicologia	8	51	0	0	59
Superior em Serviço Social	59	0	0	0	59
Técnico Administrativo	59	59	0	0	118
TOTAL GERAL	634	110	0	252	996

RESUMO

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE DE CARGOS A SEREM CRIADOS				
	2011	2012	2013	2014	Total
DEFENSOR PÚBLICO	207	0	0	126	333
ASSESSOR DEFENSOR PÚBLICO	207	0	0	126	333
OUVIDOR GERAL	1	0	0	0	1
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR	112	51	0	0	163
ASSESSORES JURÍDICOS P/ ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	4	0	0	0	4
GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO	103	59	0	0	162



TOTAL	634	110	0	252	996
-------	-----	-----	---	-----	-----

RESUMO POR FUNÇÃO

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE DE CARGOS A SEREM CRIADOS				
	2011	2012	2013	2014	Total
Defensor Público Geral	0	0	0	0	0
Defensor Público Chefe de Gabinete	0	0	0	0	0
Subdefensor Público Geral	0	0	0	0	0
Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Estado	1	0	0	0	1
Corregedor Geral da Defensoria Pública do Estado	0	0	0	0	0
Subcorregedor Geral da Defensoria Pública do Estado	0	0	0	0	0
Defensor Público do Estado	207	0	0	126	333
Assessor Jurídico	207	0	0	126	333
SUBTOTAL	415	0	0	252	667
Superior em Secretariado Executivo	11	0	0	0	11
Assessor Jurídico	4	0	0	0	4
Superior em Administração	9	0	0	0	9
Superior em Contabilidade	7	0	0	0	7
Superior em Economia	2	0	0	0	2
Superior em Estatística	1	0	0	0	1
Superior em Comunicação Social	2	0	0	0	2
Superior em Informática	2	0	0	0	2
Superior em Psicologia	11	51	0	0	62
Superior em Sociologia	1	0	0	0	1
Superior em Psiquiatria	1	0	0	0	1
Superior em Serviço Social	63	0	0	0	63
Superior em Medicina Clínica	1	0	0	0	1
Superior em Engenharia	1	0	0	0	1
Técnico Administrativo	99	59	0	0	158
Técnico em Informática	1	0	0	0	1
Técnico em Redes de Computador	1	0	0	0	1
Técnico de Recursos Humanos	2	0	0	0	2
SUBTOTAL	219	110	0	0	329
TOTAL	634	110	0	252	996



SUBSIDIO - DEFENSOR PÚBLICO

TEMPOS/REFERÊNCIAS		1º	2º	3º	4º	5º	1º ANUÊNIO	2º ANUÊNIO	3º ANUÊNIO	4º ANUÊNIO	5º ANUÊNIO
CATEGORIA	1	QUINQUENIO 2	QUINQUENIO 3	QUINQUENIO 4	QUINQUENIO 5	QUINQUENIO 6	7	8	9	10	11
1ª	11.779,53	12.368,51	12.957,48	13.546,46	14.135,43	14.724,41	15.313,39	15.902,36	16.491,34	17.080,32	17.669,29
2ª	11.218,60	11.779,53	12.340,46	12.901,39	13.462,32	14.023,25	14.584,18	15.145,11	15.706,04	16.266,97	16.827,90
3ª	10.684,38	11.218,60	11.752,82	12.287,04	12.821,26	13.355,48	13.889,69	14.423,91	14.958,13	15.492,35	16.026,57



VENCIMENTO BÁSICO – AGENTE PROFISSIONAL DA DEFENSORIA

CLASSE	DINÂMICA INTERCLASSE	SUBSÍDIO BASE	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	1,10						5.043,97	6.304,97	6.935,46	7.250,71	7.565,96	7.881,21	8.196,46
2					3.668,34	4.218,60	4.402,01	4.585,43					
3		2.521,63	2.899,88	3.044,87	3.189,86	3.334,86							

VENCIMENTO BÁSICO – ASSISTENTE TÉCNICO DA DEFENSORIA

CLASSE	DINÂMICA INTERCLASSE	SUBSÍDIO BASE	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	1,05						1.914,94	2.393,67	2.633,04	2.752,72	2.872,41	2.992,09	3.111,77
2					1.459,00	1.677,85	1.750,80	1.823,75					
3		1.050,68	1.208,28	1.268,70	1.329,11	1.389,52							



PROMOÇÃO

INGRESSO, PROMOÇÃO E PROGRESSÃO – AGEN

CLASSE	POR TEMPO	POR MÉRITO	REFERÊNCIAS			
			2	3	4	
A	25 ANOS COMPLETOS E MÍNIMO DE 14 ANOS DE CARREIRA	20 ANOS COMPLETOS, MÍNIMO DE 10 ANOS NA CARREIRA MAIS OUTROS TÍTULOS				
B	15 ANOS COMPLETOS E MÍNIMO DE 10 ANOS NA CARREIRA	10 ANOS COMPLETOS, MÍNIMO DE 7 ANOS NA CARREIRA MAIS OUTROS TÍTULOS				10 ANOS NA CARREIRA
C	INGRESSO		3º ANO APÓS O ESTÁGIO PROBATÓRIO	5 ANOS NA CARREIRA		10 ANOS NA CARREIRA

PROMOÇÃO

INGRESSO, PROMOÇÃO E PROGRESSÃO – ASSI

CLASSE	POR TEMPO	POR MÉRITO	REFERÊNCIAS			
			2	3	4	
A	25 ANOS COMPLETOS E MÍNIMO DE 14 ANOS DE CARREIRA	20 ANOS COMPLETOS, MÍNIMO DE 10 ANOS NA CARREIRA MAIS OUTROS TÍTULOS				
B	15 ANOS COMPLETOS E MÍNIMO DE 10 ANOS NA CARREIRA	10 ANOS COMPLETOS, MÍNIMO DE 7 ANOS NA CARREIRA MAIS OUTROS TÍTULOS				10 ANOS NA CARREIRA
C	INGRESSO		3º ANO APÓS O ESTÁGIO PROBATÓRIO	5 ANOS NA CARREIRA		10 ANOS NA CARREIRA



ITE PROFISSIONAL DA DEFENSORIA

PROGRESSÃO POR TEMPO E ENQUADRAMENTO NA PROMOÇÃO

5	6	7	8	9	10	11	12
	20 ANOS NA CARREIRA	25 ANOS NA CARREIRA	31 ANOS NA CARREIRA	32 ANOS NA CARREIRA	33 ANOS NA CARREIRA	34 ANOS NA CARREIRA	35 ANOS NA CARREIRA
15 ANOS NA CARREIRA	20 ANOS NA CARREIRA	25 ANOS NA CARREIRA					
15 ANOS NA CARREIRA							

STENTE TÉCNICO DA DEFENSORIA

PROGRESSÃO POR TEMPO E ENQUADRAMENTO NA PROMOÇÃO

5	6	7	8	9	10	11	12
	20 ANOS NA CARREIRA	25 ANOS NA CARREIRA	31 ANOS NA CARREIRA	32 ANOS NA CARREIRA	33 ANOS NA CARREIRA	34 ANOS NA CARREIRA	35 ANOS NA CARREIRA
	20 ANOS NA CARREIRA	25 ANOS NA CARREIRA					
15 ANOS NA CARREIRA							



ANEXO VII - LOTAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS - PROVIMENTO IMEDIATO

DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ																	
Seção Judiciária	Município	Entenda	Comarcas	Sede da Defensoria Pública	Núcleos Especializados da Defensoria Pública	Vara Criminal	Vara de Família	Vara de Família, Reg. Públ., Acad. do Trab. e Correg. do Foro Extraj.	Vara da Inf.e da Juv.	Vara de Adol. Infrat.	Vara de Exec. Penais e Correg. dos Presid.	Vara de Exec. Penais	Vara de Inquir. Polic.	Vara Privat.do Trib. do Juri	Juizado Especial Cível	Juizado Especial Criminal	Total
1ª Seção Judiciária	Curitiba - RMC - sede	Fin	1		12	7	6			1		2	1	1	1		32
	Almirante Tamandaré - RMC	Fin	1														1
	Araucária - RMC	Fin	1														1
	Campina Grande Sul - RMC	Fin	1														1
	Campo Largo - RMC	Fin	1														1
	Colombo - RMC	Fin	1														1
	Fazenda Rio Grande - RMC	Fin	1														1
	Pinhais - RMC	Fin	1														1
	Piraquara RMC	Fin	1														1
	São José dos Pinhais - RMC	Fin	1			1									1		3
2ª/4ª Seção Judiciária	Cascavel (sede)	Fin				1	1		1		1						4
5ª/6ª Seção Judiciária	Foz do Iguaçu (sede)	Fin				1		1	1		1						4
7ª/8ª Seção Judiciária	Guarapuava (sede)	Fin				1		1	1		1						3
9ª/13ª Seção Judiciária	Londrina (sede)	Fin				1		1	1		1						4
14ª/15ª Seção Judiciária	Maringá (sede)	Fin				1		1	1		1						4
16ª/17ª Seção Judiciária	Ponta Grossa (sede)	Fin				1		1	1		1						4
18ª Seção Judiciária	Apucarana (sede)	Inter	1														1
	Jandaia do Sul	Inc	1														1
19ª Seção Judiciária	Marilândia do Sul	Inc	1														1
	Arapongas (sede)	Inter	1														1
20ª Seção Judiciária	Astorga	Inter	1														1
	Assis Chateaubriand (sede)	Inter	1														1
21ª Seção Judiciária	Corbélia	Inc	1														1
	Formosa do Oeste	Inc	1														1
22ª Seção Judiciária	Bandeirantes (sede)	Inter	1														1
	Santa Mariana	Inc	1														1
23ª Seção Judiciária	Camblé (sede)	Inter	1														1
	Rolândia	Inter	1														1
	Barbosa Ferraz	Inc	1														1
	Campo Mourão (sede)	Inter	1														1
24ª Seção Judiciária	Iretama	Inc	1														1
	Mamboré	Inc	1														1
25ª Seção Judiciária	Peabiru	Inter	1														1
	Castro (sede)	Inter	1														1
26ª Seção Judiciária	Jaguariaíva	Inc	1														1
	Piraí do Sul	Inc	1														1
27ª Seção Judiciária	Sengés	Inc	1														1
	Cianorte (sede)	Inter	1														1
28ª Seção Judiciária	Engenheiro Beltrão	Inc	1														1
	Terra Boa	Inc	1														1
29ª Seção Judiciária	Congoninhas	Inc	1														1



ANEXO VII - LOTAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS - PROVIMENTO IMEDIATO

[illegible]



ANEXO VII - LOTAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS - PROVIMENTO IMEDIATO

DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ																		
Seção Judiciária	Município	Entrância	Comarcas	Sede da Defensoria Pública	Núcleos Especializados da Defensoria Pública	Vara Criminal	Vara de Família	Vara de Família, Reg. Públ., Acad. do Trab. e Correg. do Foro Extraj.	Vara da Inf.e da Juv.	Vara de Adol. Infrat.	Vara de Exec. Penais e Correg. dos Presid.	Vara de Exec. Penais	Vara de Inqué. Polic.	Vara Privat.do Trib. do Jurí	Juizado Especial Cível	Juizado Especial Criminal	Total	
49.ª Seção Judiciária	Tibagi	Inic	1															1
	Toledo (sede)	Inter	1															1
	Alto Piquiri	Inic	1															1
	Icaraima	Inic	1															1
50.ª Seção Judiciária	Pérola	Inic	1															1
	Umuarama (sede)	Inter	1															1
	Xaiborê	Inic	1															1
	Mallet	Inic	1															1
51.ª Seção Judiciária	União da Vitória (sede)	Inter	1															1
52.ª Seção Judiciária	Arapoti	Inic	1															1
	Siqueira Campos	Inic	1															1
	Wenceslau Braz (sede)	Inter	1															1
	Lapa (sede)	Inter	1															1
53.ª Seção Judiciária	Rio Negro	Inter	1															1
	São João do Trunfo	Inic	1															1
	São Mateus do Sul	Inter	1															1
54.ª Seção Judiciária	Andaraí (sede)	Inter	1															1
55.ª Seção Judiciária	Cambará	Inic	1															1
	Marechal Când Rondon (sede)	Inter	1															1
	Patoína	Inter	1															1
	Santa Helena	Inic	1															1
56.ª Seção Judiciária	Capitão Leôn Marques	Inic	1															1
	Realeza (sede)	Inic	1															1
	Salto do Lontra	Inic	1															1
	Bocaiuva do Sul	Inic	1															1
57.ª Seção Judiciária	Cerro Azul	Inic	1															1
	Rio Branco do Sul (sede)	Inter	1															1
	Centenário do Sul	Inic	1															1
	Jaguapitã	Inic	1															1
	Porecatu (sede)	Inter	1															1
58.ª Seção Judiciária	Santa Fé	Inic	1															1
59.ª Seção Judiciária	Guaratuba (sede)	Inter	1															1
	Matinhos	Inter	1															1
TOTAL DO ESTADO			149	0	12	14	7	4	6	1	6	3	1	1	2	1		207

ANEXO VIII - LOTAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS - PROVIMENTO VINCULADO A EXISTÊNCIA DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA



ANEXO IX - LOTAÇÃO DO GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR E INTERMEDIÁRIO - PROVIMENTO IMEDIATO

Seção Judiciária	Município	Especialidade	SUPERIOR										TÉCNICO			Total				
			ADMINISTRAÇÃO	CONTABILIDADE	COMUNICAÇÃO SOCIAL	ECONOMIA	ENGENHEIRO	ESTATÍSTICA	INFORMÁTICA	MEDICINA CLÍNICA	PSICOLOGIA	PSIQUIATRIA	SECRETARIADO EXECUTIVO	SERVIÇO SOCIAL	SOCIOLOGIA		ADMINISTRATIVO	INFORMÁTICA	REDES DE COMPUTADOR	RECURSOS HUMANOS
1ª Seção Judiciária	Curitiba - sede	Fin	9	7	2	2	1	1	2	1	2	1	11	1	1	1	1	1	2	90
2ª/4ª Seção Judiciária	Cascavel (sede)	Fin									2			3		3				8
5ª/6ª Seção Judiciária	Foz do Iguaçu (sede)	Fin									1			2		2				5
7ª/8ª Seção Judiciária	Guarapuava (sede)	Fin									1			2		2				5
9ª/13ª Seção Judiciária	Londrina (sede)	Fin									3			5		5				13
14ª/15ª Seção Judiciária	Maringá (sede)	Fin									1			2		2				5
16ª/17ª Seção Judiciária	Ponta Grossa (sede)	Fin									1			2		2				5
18ª Seção Judiciária	Apucarana (sede)	Inter												1		1				2
19ª Seção Judiciária	Arapongas (sede)	Inter												1		1				2
20ª Seção Judiciária	Assis Chateaubriand (sede)	Inter												1		1				2
21ª Seção Judiciária	Barcelinas (sede)	Inter												1		1				2
22ª Seção Judiciária	Cambé (sede)	Inter												1		1				2
23ª Seção Judiciária	Campo Mourão (sede)	Inter												1		1				2
24ª Seção Judiciária	Castro (sede)	Inter												1		1				2
25ª Seção Judiciária	Cianorte (sede)	Inter												1		1				2
26ª Seção Judiciária	Comelão do Povoado (sede)	Inter												1		1				2
27ª Seção Judiciária	Crizório do Oeste (sede)	Inter												1		1				2
28ª Seção Judiciária	Francisco Beltrão (sede)	Inter												1		1				2
29ª Seção Judiciária	Goioatã (sede)	Inter												1		1				2
30ª Seção Judiciária	Guaira (sede)	Inter												1		1				2
31ª Seção Judiciária	Ibaiti (sede)	Inter												1		1				2
32ª Seção Judiciária	Ibiporã (sede)	Inter												1		1				2
33ª Seção Judiciária	Iraí (sede)	Inter												1		1				2
34ª Seção Judiciária	Ivaiporã (sede)	Inter												1		1				2
35ª Seção Judiciária	Jacarezinho (sede)	Inter												1		1				2
36ª Seção Judiciária	Laranjeiras do Sul (sede)	Inter												1		1				2
37ª Seção Judiciária	Loanda	Inter												1		1				2
38ª Seção Judiciária	Medianeira (sede)	Inter												1		1				2
39ª Seção Judiciária	Nova Esperança (sede)	Inter												1		1				2
40ª Seção Judiciária	Palmas (sede)	Inter												1		1				2
41ª Seção Judiciária	Paranaguá (sede)	Inter												1		1				2
42ª Seção Judiciária	Paranaval (sede)	Inter												1		1				2
43ª Seção Judiciária	Pato Branco (sede)	Inter												1		1				2
44ª Seção Judiciária	Piçanga (sede)	Inter												1		1				2
45ª Seção Judiciária	Santo Antônio da Palina (sede)	Inter												1		1				2
46ª Seção Judiciária	Santo Antônio Sudcastel (sede)	Inter												1		1				2
47ª Seção Judiciária	Sarandi (sede)	Inter												1		1				2
48ª Seção Judiciária	Telêmaco Borba (sede)	Inter												1		1				2
49ª Seção Judiciária	Toldo (sede)	Inter												1		1				2
50ª Seção Judiciária	Unuama (sede)	Inter												1		1				2
51ª Seção Judiciária	União da Vitória (sede)	Inter												1		1				2
52ª Seção Judiciária	Wenceslau Braz (sede)	Inter												1		1				2
53ª Seção Judiciária	Lapa (sede)	Inter												1		1				2
54ª Seção Judiciária	Andaraí (sede)	Inter												1		1				2
55ª Seção Judiciária	Marechal Cândo Rondon (sede)	Inter												1		1				2
56ª Seção Judiciária	Realiza (sede)	Inter												1		1				2
57ª Seção Judiciária	Rio Branco do Sul (sede)	Inter												1		1				2
58ª Seção Judiciária	Porecatu (sede)	Inter												1		1				2
59ª Seção Judiciária	Guaratuba (sede)	Inter												1		1				2
TOTAL DO ESTADO			9	7	2	2	1	1	2	1	11	1	11	63	1	99	1	1	2	215

**ANEXO X - LOTAÇÃO DO GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR E INTERMEDIÁRIO -
PROVIMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO SUBSEQUENTE AO PRIMEIRO
PROVIMENTO**



Seção Judiciária	Município	Entrância	SUPERIOR	TÉCNICO	Total
			PSICOLOGIA	ADMINISTRATIVO	
1ª Seção Judiciária	Curitiba - sede	Fin	2	1	3
2ª/4ª Seção Judiciária	Cascavel (sede)	Fin	1	3	4
5ª/6ª Seção Judiciária	Foz do Iguaçu (sede)	Fin	1	2	3
7ª/8ª Seção Judiciária	Guarapuava (sede)	Fin	1	2	3
9ª/13ª Seção Judiciária	Londrina (sede)	Fin	2	5	7
14ª/15ª Seção Judiciária	Maringá (sede)	Fin	1	2	3
16ª/17ª Seção Judiciária	Ponta Grossa (sede)	Fin	1	2	3
18ª Seção Judiciária	Apucarana (sede)	Inter	1	1	2
19ª Seção Judiciária	Arapongas (sede)	Inter	1	1	2
20ª Seção Judiciária	Assis Chateaubriand (sede)	Inter	1	1	2
21ª Seção Judiciária	Bandeirantes (sede)	Inter	1	1	2
22ª Seção Judiciária	Cambé (sede)	Inter	1	1	2
23ª Seção Judiciária	Campo Mourão (sede)	Inter	1	1	2
24ª Seção Judiciária	Castro (sede)	Inter	1	1	2
25ª Seção Judiciária	Cianorte (sede)	Inter	1	1	2
26ª Seção Judiciária	Cornélio Procopio (sede)	Inter	1	1	2
27ª Seção Judiciária	Cruzeiro do Oeste (sede)	Inter	1	1	2
28ª Seção Judiciária	Francisco Beltrão (sede)	Inter	1	1	2
29ª Seção Judiciária	Goioerê (sede)	Inter	1	1	2
30ª Seção Judiciária	Guaira (sede)	Inter	1	1	2
31ª Seção Judiciária	Ibaiti (sede)	Inter	1	1	2
32ª Seção Judiciária	Ibiporã (sede)	Inter	1	1	2
33ª Seção Judiciária	Iratí (sede)	Inter	1	1	2
34ª Seção Judiciária	Ivaiporã (sede)	Inter	1	1	2
35ª Seção Judiciária	Jacarezinho (sede)	Inter	1	1	2
36ª Seção Judiciária	Laranjeiras do Sul (sede)	Inter	1	1	2
37ª Seção Judiciária	Loanda	Inter	1	1	2
38ª Seção Judiciária	Medianeira (sede)	Inter	1	1	2
39ª Seção Judiciária	Nova Esperança (sede)	Inter	1	1	2
40ª Seção Judiciária	Palmas (sede)	Inter	1	1	2
41ª Seção Judiciária	Paranaguá (sede)	Inter	1	1	2
42ª Seção Judiciária	Paranavaí (sede)	Inter	1	1	2
43ª Seção Judiciária	Pato Branco (sede)	Inter	1	1	2
44ª Seção Judiciária	Pitanga (sede)	Inter	1	1	2
45ª Seção Judiciária	Santo Ant. da Platina (sede)	Inter	1	1	2
46ª Seção Judiciária	Santo Ant. do Sudoeste (sede)	Inter	1	1	2
47ª Seção Judiciária	Sarandi (sede)	Inter	1	1	2
48ª Seção Judiciária	Telêmaco Borba (sede)	Inter	1	1	2
49ª Seção Judiciária	Toledo (sede)	Inter	1	1	2
50ª Seção Judiciária	Umuarama (sede)	Inter	1	1	2
51ª Seção Judiciária	União da Vitória (sede)	Inter	1	1	2
52ª Seção Judiciária	Wenceslau Braz (sede)	Inter	1	1	2
53ª Seção Judiciária	Lapa (sede)	Inter	1	1	2
54ª Seção Judiciária	Andirá (sede)	Inter	1	1	2
55ª Seção Judiciária	Marechal Când. Rondon (sede)	Inter	1	1	2
56ª Seção Judiciária	Realeza (sede)	Inic.	1	1	2
57ª Seção Judiciária	Rio Branco do Sul (sede)	Inter	1	1	2
58ª Seção Judiciária	Porecatu (sede)	Inter	1	1	2
59ª Seção Judiciária	Guaratuba (sede)	Inter	1	1	2
TOTAL DO ESTADO			51	59	110



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



ANEXO XI

REMUNERAÇÃO DO ASSESSOR DE ESTABELECIMENTO PENAL:

VENCIMENTO BASE	375,06
GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO	569,29
ENCARGOS ESPECIAIS	1.000,58
GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO EM DETERMINADAS ZONAS E LOCAIS (90%)	337,55
GRATIFICAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE NATUREZA ESPECIAL, COM RISCO DE VIDA OU SAÚDE (33,33%)	125,00
GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE (30%)	112,52
REMUNERAÇÃO TOTAL	2.520,00



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania
Grupo de Planejamento Setorial



Informação nº 062/2011/GPS

Objeto: Indicação de recursos para a Defensoria Pública.
Protocolo: 11.024.829-6
Data: 08/04/2011
De: GPS/SEJU
Para: DG/SEJU

Informamos a respeito que os recursos orçamentários para o presente exercício destinado ao órgão Defensoria Pública do Paraná encontram-se alocados na dotação orçamentária **0701.14422202.249** – Assistência Jurídica aos Economicamente Necessitados, no valor total de **R\$ 28.784.287,00** (vinte e oito milhões, setecentos e oitenta mil, duzentos e oitenta e sete reais), sendo R\$28.260.287,00 na Fonte de Recurso 100/Tesouro do Estado e R\$ 524.000,00 na Fonte 107/Convênio com Órgão Federais, distribuídos nas seguintes espécies:

- **Pessoal e Encargos Sociais - R\$ 19.779.044,00** (dezenove milhões, setecentos e setenta e nove mil, quarenta e quatro reais);
- **Outras Despesas Correntes - R\$ 7.714.453,00** (sete milhões, setecentos e quatorze mil, quatrocentos e cinquenta e três reais); e
- **Investimentos - R\$ 1.290.790,00** (um milhão, duzentos e noventa mil, setecentos e noventa reais).

Esclarecemos que as despesas estão contempladas na proposta orçamentária - 2011 da SEJU, aprovadas na Lei Orçamentária nº 16.739 de 29/12/2010, previstas o Plano Plurianual, conforme Lei 15.757 de 27/12/07, não estando em desacordo com a Lei Complementar nº 101 de 04/05/00, conforme o que consta no Art 16 § 1º incisos I e II.

Alexandra C. Scheidt
Chefe do GPS/SEJU

Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº - Centro Cívico
80.530 - 915 Curitiba-Paraná-Brasil
Fone: 41 3221-7200
www.pr.gov.br/seju